

**PROCESSO** - A. I. Nº 118973.0023/99-4  
**RECORRENTE** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECORRIDO** - SARKIS TECIDOS LTDA.  
**RECURSO** - REPRESENTAÇÃO PGE/PROFIS - Acórdão 4ª JF nº 1712/99  
**ORIGEM** - INFAZ BONOCÔ (BROTAS)  
**INTERNET** - 30.11.04

## 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJF Nº 0413-11/04

**EMENTA:** ICMS. EXCLUSÃO PARCIAL DE DÉBITO. CONTROLE DE LEGALIDADE. Representação proposta de acordo com o art. 119, II, da Lei nº 3956/81 (COTEB), alterada pela Lei nº 7438/99, em razão de parte do débito ter sido paga antes da autuação. Representação **ACOLHIDA**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

Trata-se de Representação apresentada pela Procuradoria da Fazenda, com base no art. 119, II da Lei nº 3.956/81, para alterar os termos da Decisão que julgou totalmente Procedente o Auto de Infração nº 118973.0023/99-4.

O citado Auto de Infração foi lavrado para exigir ICMS devido relativo às operações escrituradas nos livros fiscais e não recolhido nos prazos regulamentares. A Decisão objeto da representação entendeu que os valores recolhidos e comprovados pela defesa eram devidos por filial e não o estabelecimento autuado.

Entretanto, a Procuradoria da Fazenda, exercendo sua função de controle de legalidade do lançamento tributário, verificou que os valores autuados relativos ao ICMS devidos em agosto e setembro de 1998, e parte do devido em dezembro de 1998, foram efetivamente recolhidos anteriormente ao início da ação fiscal ensejadora no Auto de Infração discutido.

Dessa forma, a presente representação objetiva excluir do demonstrativo de débito do Auto de Infração os valores correspondentes já recolhidos, mantendo os demais valores cujo inadimplemento foi reconhecido pelo autuado.

Ratificado o Parecer da Procuradoria da Fazenda pela Procuradoria Geral do Estado, foi determinada a exclusão dos valores de ICMS referentes a agosto e setembro de 1998 e redução do imposto devido referente ao mês de dezembro do mesmo ano.

## VOTO

Nesta assentada de julgamento, em virtude da Representação emanada da Procuradoria da Fazenda, ratificado pela Procuradoria do Estado, e da prova de pagamento dos valores devidos de ICMS referentes aos meses de agosto e setembro de 1998, e a redução do imposto devido relativo ao mês de dezembro do mesmo ano, acolhe-se a Representação posposta, para excluir do demonstrativo de imposto devido constante do Auto de Infração ora em discussão os valores apurados em agosto e setembro de 1998 e parte (R\$ 3.127,74) daquele levantado em dezembro de 1998.

Cabe ressaltar que no Voto de 1ª Instância, notadamente na Resolução, há menção a homologação dos valores recolhidos após a ação fiscal. Contudo, o que restou comprovado foi o recolhimento de valores antes de intentada a ação fiscal.

Mantém-se a PROCEDÊNCIA PARCIAL em relação aos outros períodos de apuração destacados no Auto de Infração.

## **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda estadual, por unanimidade, **ACOLHER** a representação proposta.

Sala das Sessões do CONSEF, 18 de novembro de 2004.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

ROSA MARIA DOS SANTOS GALVÃO - RELATORA

MARIA JOSÉ RAMOS COELHO LINS DE ALBUQUERQUE SENTO SÉ - REPR. DA PGE/PROFIS